

# *Um-a-mais* – notas sobre a política na obra de Rui Nunes

Vasco Vasconcelos<sup>a</sup>

## Resumo

*Nos livros de Rui Nunes, é comum a denúncia de uma certa retórica associada ao poder, ao mesmo tempo que se valoriza o papel das fronteiras no mundo contemporâneo. Estes são temas sensíveis numa “sociedade da informação” que privilegia a comunicação rápida e limpa, mas que com frequência é vazia e afasta muitos indivíduos para as margens. Neste artigo tentamos analisar como esses tópicos têm consequências na escrita de Rui Nunes, por exemplo, no que diz respeito à instabilidade narrativa ou sintática. Para além disso, procuramos demonstrar que essas e outras características se associam a determinadas perspectivas éticas e políticas recorrentes no trabalho do autor.*

**Palavras-chave:** Rui Nunes. Escrita. Política. Ética.

Recebido em: 24/01/2018

Aceito em: 16/04/2018

<sup>a</sup> Faculdade de Letras da Universidade do Porto; E-mail: [vasco.a.vasconcelos@gmail.com](mailto:vasco.a.vasconcelos@gmail.com).

## I

Num texto de Zygmunt Bauman (2000) intitulado “As seen on TV”, o sociólogo cita um artigo publicado por Simon Hoggart no jornal *The Guardian*. Nessa peça, Hoggart analisava um discurso de Tony Blair – primeiro-ministro britânico que ocupou o cargo durante uma década (1997-2007) –, proferido em torno de palavras repetidas à exaustão, funcionando como motivos – *British, values, strong, change, modernise* – e aproximava-o de uma peça musical:

Not for the first time, I was struck by the way a Blair speech is closer to a musical composition than to mere rhetoric. Like a piece of music, its aim isn't to inform but to create good feelings. It's no more about facts and policies than the Pastoral Symphony is an examination of the common agricultural policy. And like a piece of music, it has a definite structure, based on internal rhythm and repetition. A theme is announced and then echoed. Fresh themes are introduced and melded in with the earlier ones. The repetition brings a satisfying familiarity, so that by the end the listener's brain vibrates with the interwoven passages. Nobody ever finished listening to a Blair speech and said, “well, I learned something there”. Instead they praise the bravura performance and enjoy the afterglow created by the mood (HOGGART, 2000).

Se na viragem do milénio este tipo de discurso era criticado pela falta de substância e cedência à tentativa de estabelecer um determinado *mood*, hoje o problema adensa-se num panorama mediático dominado pela discussão em torno de *fake news*, “pós-verdade” e pela ideia que é mais relevante criar uma notícia que venha responder a um sentimento do que informar e revelar a verdade. Há aqui uma espécie de continuação do que Derrida lê em Hannah Arendt como “conspiração em pleno dia”:<sup>1</sup> “outrora mentia-se sobre aquilo que os cidadãos não sabiam, porque não podiam saber; hoje mente-se a cidadãos sobre aquilo que, em princípio, podem saber inteiramente” (DERRIDA, 1999, p. 102).

Compreende-se ainda o interesse de Bauman por esse artigo de Hoggart dada a teorização do primeiro em torno de uma *modernidade líquida*, esta suportada por valores como o desenraizamento e a descartabilidade. É nesse contexto que Bauman refere como “no politician can risk venturing beneath the surface” (BAUMAN, 2000, p. 112). De facto, a profundidade

<sup>1</sup> Derrida estará a referir uma passagem de *As Origens do Totalitarismo*. Aí podemos ler, a partir de um outro texto de Alexandre Koyré, que “os movimentos totalitários têm sido apelidados de ‘sociedades secretas montadas à luz do dia’” (ARENDE, 1951, p. 497).

parece secundarizada através de uma constante mudança ideológica e de políticas. Em sentido mais alargado, quase tudo é descartável, substituível, ao mesmo tempo que a lógica dominante de mercado defende uma crescente flexibilidade e versatilidade (laboral, social, cultural, etc.).

Do mesmo modo, não parece haver posição política irrevogável e, numa vertigem noticiosa, o escândalo é logo substituído por um novo. Tal como terá dito George Steiner acerca dos produtos culturais, a informação também parece talhada para ter “maximum impact and instant obsolescence” (STEINER apud BAUMAN, 2000, p. 111), tendência para a qual – mais ainda do que a televisão, rádio ou jornais – *posts*, notificações e *tweets* são veículo perfeito.

É neste panorama geral que Rui Nunes (2012, p. 51) chama a atenção para a intensificação de uma “gramática do poder”, mecanismo denunciado num excerto de *Armadilha*:

Sem prestarmos atenção às palavras tão certas, tão certeiras, que saem do rádio, afinal pode ser um ministro, o senhor presidente da república, uma autoridade, pessoas que falam tão bem, tão bem que nos esquecemos nessa música, não sabemos o que disseram, mas que falam tão, tão bem, é uma verdade incontestável, aliás todas as verdades são incontestáveis, se não o fossem, o que seria da verdade? do senhor presidente da república? do senhor primeiro-ministro? da própria república? que seria? que seríamos? se falassem menos bem, talvez os ouvíssemos, e perderíamos esta música, se eles tropeçassem numa palavra, numa só, talvez pensássemos nela, durante aquele tempo em que aflitos procuram retomar, retomar-se, mas não, uma palavra segue outra que segue outra que segue, e nós, perdidos num enlevo quase terno, dizemos: como fala bem (NUNES, 2013a, p. 43-44).

Podemos reduzir essa espécie de musicalidade a que se refere Nunes a um termo mais prosaico: “palavrório”, isto é, produção de discurso redundante. De facto, talvez seja na retórica política que mais se multiplica este género de locução, assente em figuras de linguagem e na repetição de palavras com impacto emocional forte. Para além disso, na distinção entre verdade e mentira, trata-se muitas vezes de um compromisso: omissões e mentiras úteis. De resto, a importância da encenação é agudizada com a presença mais acentuada do *marketing* no quotidiano político. A finalidade é convencer pela forma e pelo estímulo de um sentimento.

Não é para nós possível dissociar esta vertente política – e mesmo a obra de Nunes de um modo mais geral – da diferença que Emmanuel Lévinas propõe entre o *dizer* e o *dito*. O *dizer* – categoria que, em nosso entender, está mais próxima do que se poderia chamar uma “poética” de Rui Nunes – precede a tematização, o que a orienta até uma “extrema tensão da linguagem” (LÉVINAS, 1974, p. 158). É essencial compreender que esta questão linguística é consequência de uma relação ética: “Dizer é aproximar-se do próximo, “dar-lhe significação”. O que não se esgota numa «prestação de sentido», inscrevendo-se, em jeito de fábulas, no Dito” (LÉVINAS, 1974, p. 68). A forte exposição ao Outro que acarreta esta atitude acompanha uma obra cada vez mais desprotegida, erodida e em que “a escrita tende a tornar-se bocados” (NUNES, 2017a, p. 14). Em sentido contrário, o *dito* implica a obediência às regras impostas por uma língua e, daí, a um discurso que siga um ímpeto *pseudo* comunicativo, assente na falta de profundidade e no vazio de ideias. É o modo preferencial de expressão do poder e a forma de silenciar tudo o que não se conforma. Nesse sentido, “poder-se-á afirmar que a política é, por excelência, o reino do «Dito sem Dizer»” (LÉVINAS, 1974, p. 20).

É necessário notar que a analogia entre o *dizer* e o silêncio é explícita (LÉVINAS, 1974). Não se estranhará que o poder não só ignore o *dizer* como o procure eliminar. É certo que o silêncio muitas vezes é aliado de regimes autoritários e o silenciamento, a consequência de um sistema político repressivo e censor. Todavia, e a tendência parece acentuar, o silêncio é visto com medo por um sistema que procura recolher o maior número de informação e de dados pessoais. Como afirmava Deleuze já em 1985, “[r]epressive forces don’t stop people expressing themselves but rather force them to express themselves” (DELEUZE, 1990, p. 129). Isto é ainda mais óbvio quando um dos maiores agregadores de dados e instrumento que se tem revelado decisivo para fins políticos – o *Facebook* – faz de modo permanente a mesma pergunta a cada um dos seus utilizadores: “em que estás a pensar?”. Ora, a vigilância – e isso é relativamente novo – já não é uma simples invasão de privacidade na medida em que é o próprio indivíduo que se exhibe: “the fear of exposing one’s private life gives way to the desire to over-expose it to everyone” (VIRILIO, 1998, p. 59).

Neste contexto, o silêncio torna-se, de facto, uma forma de subversão. Para Max Picard, numa sociedade capitalista em que tudo visa o lucro, o silêncio tem essa capacidade de se demarcar da ideia de bem transacionável: “It does not fit into the world of *profit and utility*; it simply is. It seems to have no other purpose; it cannot be exploited” (PICARD, 1952, p. 2). Também para Rui Nunes o silêncio é. Desse modo, provoca um curto-circuito no campo da acústica: “o silêncio não procura as vozes, mas o silêncio, num percurso incessante” (NUNES, 2011, p. 67). O silêncio é então uma espécie de “vírus” na medida em que este é um parasita que destrói e introduz a desordem na comunicação (DERRIDA, 1994, p. 12). O mesmo poderia ser observado acerca do *dizer* que impõe uma “perturbação” dentro de um sistema: “as significações «ditas» dão lugar ao *dizer* que as «perturba», como escritos esperando interpretação” (LÉVINAS, 1949, p. 258).

Na escrita de Rui Nunes, a desordem evidencia-se com mais clareza na sintaxe, estrutura que, segundo António Guerreiro (2013, p. 22), o escritor martiriza e que significa a procura de uma liberdade que o autor de *Uma Viagem no Outono* considera quase inexistente na literatura, mas já conquistada por artes como a pintura e, em especial, a música: “música e pintura compreenderam esse abuso e destruíram as respectivas sintaxes” (NUNES, 2012, p. 51). Algo semelhante é repetido num livro mais recente, espécie de mote para *Baixo Contínuo*: “A desintegração da melodia / A desintegração do corpo / A desintegração da palavra” (NUNES, 2017a, p. 7). Se, como lemos em *A Boca na Cinza*, “a harmonia apaga-nos, apaga, afaga, isto é, lima-nos até sermos uma nota consonante” (NUNES, 2003, p. 129), a prática de Nunes parece ser oposta. Os livros do autor de *A Mão do Oleiro* estão cheios de “vírus” e “perturbações”: silêncios, quebras, espaços em branco, parêntesis que abrem e não fecham, pontuação estranha à regra, conjunções que não ligam – nós numa comunicação que se espera lisa e sem grandes oscilações ou interrupções.

## II

De modo um quanto paradoxal, a instabilidade é uma das características mais constantes da obra de Rui Nunes. Nesse sentido, a viagem surge como hipótese de contínua

insubordinação e como “a única sintaxe que não tem a expressão do poder” (NUNES, 2012, p. 53). Esse movimento, quando transposto para a escrita, inaugura então uma “poética da errância” (NUNES, 2005, p. 69) que se materializa em textos que sabotam uma narrativa homogênea e, como refere Maria da Conceição Caleiro (2012, p. 28), vão contra “o regime totalitário do sentido”. O propósito é então “deixar que as palavras se desprendam umas das outras, e errem, tão sós, que nem um deus as volte a ligar. E, livres, confundam gramáticas e censores” (NUNES, 2012, p. 45).

Estamos perante uma obra que de modo constante chama a atenção para a importância da fronteira – “a terra menos indigna” (NUNES, 2012, p. 43). Para o escritor de *Nocturno Europeu*, esse limite é tão mais vital porque, uma vez mais, desestabiliza conceitos: territoriais, religiosos, linguísticos, jurídicos, culturais, etc. É um espaço que – muitas vezes mais metafórico, outras vezes ainda geográfico – contém uma capacidade subversiva e, tanto quanto possível, transtorna o poder. É aí, intervalo e ponto privilegiado de cruzamento de diferenças, “que as pátrias estoiram” (NUNES, 2012, p. 52).

Portanto, a escrita de Rui Nunes recusa de modo absoluto a ideia de pátria que se funde contra o Outro, o vizinho. De novo, é uma relação de absoluta repulsa por um poder que ordena e quer impor uma ordem, especialmente marcante em regimes totalitários, caso do português, desde logo: “e Salazar a dizer: a pátria não se discute, e nós com medo ainda hoje de discutir a pátria” (NUNES, 2017a, p. 13). Como é óbvio, não podemos dissociar a pátria de todos os seus símbolos. A língua é um dos mais relevantes (conceito pelo menos tão forte como o de pátria). Isso mesmo é notório quando pensamos na língua, neste caso portuguesa, como *disciplina*: “a professora a ensinar como se fala, como se escreve, e nós ainda hoje a falar e a escrever como se deve” (NUNES, 2017a, p. 13). A normalização linguística, reforçada por acordos que universalizam um uso, é fundamental para a construção de uma identidade nacional. Assim, o corte que a escrita de Rui Nunes opera dentro de uma determinada harmonização linguística faz surgir, como temos insistido, a desordem – focos de instabilidade num texto que “desarmado, desmantelado, não conhecerá o apogeu de um hino, de um insulto, de uma ordem” (NUNES, 2017a, p. 47).

Em consequência, a moderação do pendor comunicativo e convencional da escrita nunesiana implica uma maior abertura ao papel do leitor. Ou seja, a subjugação a uma norma de que cada um destes textos se afasta não a impõe depois àquele que lê. Tal como não impõe um sentido ou um código de leitura. Também por esse uso dialógico e que perturba uma ordem vigente, Nunes acaba por ser “um a mais” que desestabiliza a norma. Também em consequência, como, por exemplo, entende Maria João Reynaud (2002, p. 381), esta obra tem “ficado distante do grande público, circulando numa espécie de circuito paralelo”. É possível que a distância em relação a um público mais alargado passe por uma hipotética dificuldade de leitura: seja por alguns livros camuflarem um claro fio narrativo e se afastarem “[d]o iníquo sentido” (NUNES, 2012, p. 25), por apresentarem uma mancha gráfica que na aparência é desviante e até caótica ou, talvez mais importante do que tudo o resto, por subverterem uma sintaxe normativa.

Pensamos ainda que uma das mais importantes questões levantadas por esta obra passa pela resistência e durabilidade da mesma. De facto, os livros afastam-se de um padrão dominante que é colorido, ruidoso, oleado, veloz. Ao contrário do crescente uso de materiais frágeis, descartáveis e da obsolescência programada, os livros de Rui Nunes duram: repelem o que é linear, cultivam a ambiguidade e a incerteza, sugerem releituras. Nesse sentido, não duvidamos que possa ser muito mais rápido ler um livro de 400 páginas que não coloque grandes obstáculos à leitura do que 70 de um livro de Rui Nunes: aquele *informa*,<sup>2</sup> este *deforma* – “quase nada: / o que faço / desfaço” (NUNES, 2013b, p. 8).

Esta potencial dificuldade interpretativa é homóloga àquela imposta pela alteridade. De certo modo, a anulação da resistência da obra é a anulação do Outro. A questão fundamental é como reagir ao que pode parecer incompreensível, enigmático e que escapa ao controlo. Esse é ainda grande parte do drama quando pensamos nas reações hostis ao que se furta à norma. Na leitura da obra de Nunes, fica muitas vezes evidente que uma reflexão se impõe – a ética. Isso mesmo é claro quando pensamos no destaque que alguns dos textos dão à questão migratória, crise em que um dos pontos de confluência é o mediterrâneo, enorme fronteira repleta de pessoas em trânsito:

<sup>2</sup> Pensamos, por exemplo, em Deleuze quando culpa a figura do jornalista por tomar para si a literatura e criar uma crise no seio da mesma. Assim, “books become accounts of activities, experiences, purposes, and ends that unfold elsewhere. They become nothing but a record” (DELEUZE, 1990, p. 163). Condena ainda um efeito de «secundarização» do livro quando tomado pela promoção e pelo mercado (DELEUZE, 1990).

Barcos por entre  
 o arquipélago instável dos corpos  
 perdidos numa névoa que cheira a gasolina:  
 o som dos motores redesenha  
 o mapa dos naufrágios,  
 a geometria dos afogados (NUNES, 2017b, p. 1).

Neste curto texto, intitulado *Lampedusa*, o autor coloca-se numa geografia na qual os ecos homéricos degeneram. É este o destino trágico de uma fronteira líquida que solidifica, que passa do “*mare nostrum*, / que alguém disse: cor de vinho” (NUNES, 2017b, p. 3) ao “mar coalhado, o coalho: / assim se caminha sobre as águas. De morto em morto” (NUNES, 2014, p. 104).

De um ponto de vista ético, a responsabilidade é fundacional e ilimitada – “for my neighbour, for the other man, for the stranger or sojourner, to which nothing in the rigorously ontological order binds me” (LÉVINAS, 1984, p. 84). Quando esse padrão ético é subtraído – como já vimos, amparado pela fácil reversibilidade das decisões e ausência de responsabilização política –, surgem os discursos demagógicos e de acusação a um Outro que introduz, inevitavelmente, uma certa dose de rebeldia dentro de uma ordem afirmada. Neste sentido, degrada-se a exposição, isto é, ponto em que “[o] *um* expõe-se ao *outro* como uma pele se expõe àquilo que a fere, como uma face oferecida àquele que agride” (LÉVINAS, 1974, p. 70).

Creemos que essa degradação é muito visível hoje, potenciada pela diferença entre a proximidade virtual e distância geográfica. É o que subjaz a um fenómeno como o da “câmara de eco” existente nas ligações em rede, ou seja, uma espécie de bolha partilhada por pessoas com as mesmas opiniões, gostos e convicções ideológicas,<sup>3</sup> efeito que com facilidade se pode transformar em intolerância e preconceito em relação ao Outro, muitas vezes migrante, viajando de fronteira em fronteira. Todavia, os novos meios apenas amplificam aquilo que já acontecia amiúde na comunicação social. Como defende Pierre Bourdieu (1996, p. 14), “[o]s casos do dia-a-dia, os incidentes ou os acidentes quotidianos, podem ter uma carga de implicações políticas, éticas, etc., de molde a desencadear sentimentos fortes, muitas vezes negativos, como o racismo, a xenofobia, o medo-ódio do estrangeiro”.

<sup>3</sup> “rather than foster new public engagements, online discussion tends to take place within «echo chambers» where groups of like-minded individuals, consciously or not, avoid debate with their cultural or political adversaries (LOVINK, 2011, p. 2).

De resto, estes sentimentos são o rastilho dos regimes totalitários modernos, assentes na absoluta indiferença em relação ao Outro, particularmente chocante se pensarmos como alguns desses regimes aliam o extermínio à eficiência industrial. Logo, como escreve Nunes (2014, p. 83), “[é] limpa, a indústria da morte” e o “massacre reduz-se à repetição de um gesto” (NUNES, 2013a, p. 20). É neste contexto de repetição e desprezo que o escritor com alguma recorrência faz referência a um dos traços mais desumanos do nazismo – a transformação do rosto em número. Essa viragem é notória na frieza da rotina burocrática de Reinhard Heydrich e Heinrich Himmler, dois dos responsáveis pela “solução final”, que “discutiam números, contas” (NUNES, 2013a, p. 47). Assim, “a morte tinha tantas palavras que desaparecia, tantos números, tantos pormenores, páginas e páginas de morte. [...] [A] morte era uma aplicação de contabilista: tira e põe / tira e põe / tira” (NUNES, 2011, p. 46-47).

Apesar das distâncias que ainda são relevantes, pode existir um risco semelhante na experiência hodierna. Isto é, assiste-se a um maior fervor quantitativo, de acumulação, e estabelece-se muitas vezes uma relação de vício: falamos de adicionar pessoas, experiências, gostos (mas que, ao mesmo tempo, implica exclusão). Neste sentido, a acumulação é também de palavras, o que redundava em “palavrório”, uma vez mais. Isso mesmo é notado por Rui Nunes ao compreender que “não interessa o que a pessoa diz, é preciso é dizer. É a fala contínua. E quem não diz continuamente é suspeito” (NUNES, 2013c). Por outro lado, o encontro com um rosto é em tudo diferente. O Outro irrompe e interrompe. É a descontinuidade, a resistência, o silêncio: “as palavras só prolongam palavras. / Até ao tumulto. De um rosto” (NUNES, 2012, p. 11).

### III

O choque entre experiências tão diferentes – a virtualização e o face a face – adensa-se numa “sociedade digital” na qual o ecrã ajusta-se ao nível do olhar e irradia uma luminosidade que encandeia, dificultando a visão *periférica*. Para além disso, o aumento da distância entre sujeitos desumaniza-os: “the interactivity of humans has been replaced by the interactivity of screens” (BAUDRILLARD, 1990, p. 54). Nos livros de Rui Nunes, a experiência é totalmente diferente: trata-se de olhar

para os ângulos mortos, para a periferia e para baixo do horizonte. Esse ajuste faz com que a escrita de Nunes encontre o que resta: o lixo, a pobreza, o vestígio, a sombra. E, nesse movimento, encontra também um enorme número de pessoas. Ou seja, uma certa comunidade daqueles que são excluídos de um mundo que está acima ou ao nível do olhar e fora do ecrã. Isto é ainda mais contraditório quando, na experiência contemporânea, um dos grandes eixos de desenvolvimento passa pelo que se vem designando como “economia da partilha” – partilha de casa, de boleia, de tarefas, entre outras –, mas que só existe a partir de determinadas plataformas tecnológicas e numa lógica de hospitalidade de interesse.

É certo que uma economia deste tipo está longe de ser desprovida de qualidades. No entanto, “[a]s pessoas sem dinheiro continuam a não ter acesso à partilha, ao *sharing*. Mesmo na idade do acesso, continuamos a viver dentro daquilo que Didier Bingu [*sic*] chamou o “Ban-opticon”, onde aqueles sem meios económicos permanecem excluídos” (HAN, 2015). De facto, são muitos os que não têm acesso à televisão e, ainda menos, à internet, redes sociais e *apps*. A democratização de meios, da informação ou do conhecimento, ideia hoje muito veiculada, é limitada e continua a deixar de fora milhões de pessoas em todo o mundo. Grande parte dessas pessoas, de um modo mais metafórico ou mais literal, estão na fronteira. Vivem de forma muito forte a ideia de que “um sujeito é um *in-between*, um entre-dois. *Proletários* foi o nome «próprio» das pessoas que estavam *juntas* na medida em que estavam *entre*: entre diversos nomes, estatutos ou identidades; entre a humanidade e a inumanidade, a cidadania e sua recusa” (RANCIÈRE, 1991, p. 72).

Esses *in-between* são também, por exemplo, os refugiados, os imigrantes ilegais, os sem-abrigo, as pessoas que vivem abaixo ou no limiar de pobreza, povos inteiros em risco de limpeza étnica, etc. Como escreve Bauman (1991) em *Modernidade e Ambivalência*, são as “ervas daninhas” inimigas de um “Estado jardineiro” cada vez mais camuflado – e cada vez menos Estado, como veremos –, apoiado em sistemas de vigilância invisíveis e legitimado por discursos que alimentam uma suposta harmonização e sanitização de uma sociedade imune a “vírus”.<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Nesse sentido, e numa medida exemplar de “engenharia social”, surge a notícia de que o estado chinês pretende implementar até 2020 um sistema de crédito social, no qual os seus cidadãos serão avaliados e recompensados ou castigados conforme as suas ações, cumprindo assim aquela que era a premissa do “Estado jardineiro”: dividir “a população em plantas úteis que deveriam ser estimuladas e cuidadosamente cultivadas e ervas daninhas a serem removidas ou arrancadas” (BAUMAN, 1991, p. 31). Algo semelhante é feito por empresas de recolha de dados pessoais como a norte-americana *Axciom*, que divide os indivíduos por categorias. A mais baixa dessas categorias é *waste*, isto é, agrupa pessoas de pouco valor económico (HAN, 2014, p. 74).

A *Crisálida* é um livro paradigmático no que diz respeito à diferença entre a violência quotidiana e o seu tratamento higienizado ou mesmo banalizado: “No ecrã, nada cheira, nós também não, desodorizantes, cremes, gel, champôs. Coisa de pobres, o cheiro. Coisa de gente que, tendo água de borla, nem assim se lava. Porém nós temos uma eternidade asséptica para onde fugir” (NUNES, 2016a, p. 8). Numa entrevista concedida pela altura da publicação do livro, o escritor português é claro quanto à sua percepção dessa realidade contemporânea: trata-se do alheamento geral numa Europa que se tornou burocrática e caminha para uma crescente desumanização que tem reflexo na literatura, esta cada vez mais afastada daqueles que habitam as fronteiras (NUNES, 2016b, p. 19).

Estamos num jogo permanente de luz e sombra, em que a luz acompanha um processo de redução do que é ambíguo e enigmático. Porém, o que está abaixo ou à margem disso é um cenário mais sombrio, feito de “[p]rédiros abandonados onde dormem os pedintes, os que se injectam, os que nem sequer têm a nudez: só trapos e papéis velhos” (NUNES, 2016a, p. 22). O que aqui se revela ainda é o afastamento e a indiferença das instituições em relação aos que estão em posições de fragilidade. Os decisores reduzem-se a nomes que só chegam até eles pelos “[j]ornais onde se enrolam. As notícias do mundo. O estado islâmico, Mr Cameron, o signor Draghi, Herr Schäuble” (NUNES, 2016a, p. 22).

É curioso que neste excerto os nomes provenham de diferentes nações e que os assuntos sejam de ordem mundial. Se é certo que em várias geografias se alastram os movimentos securitários, nacionalistas e até regionalistas (aumentando em número as fronteiras), o poder local é diminuto face ao poder supranacional, cada vez menos territorial e desestatizado. Isso é uma das consequências da globalização ou, para empregar um termo de Paul Virilio (1997), do *globalitarismo*.<sup>5</sup> O que aqueles que detêm o poder procuram é um coordenado e muitas vezes violento esbatimento das diferenças – uma harmonia artificial, total e totalitária.

Esta aparente universalidade torna-se problemática quando neutraliza a alteridade. Isto é, como já referimos, quando reage com hostilidade à diferença, ao que não se ajusta. Aliás, o direito e a lei não são mais do que mecanismos de ajustamento. Mas um discurso na aparência congregador

<sup>5</sup> Entende o autor francês que, ao contrário do totalitarismo anterior, localizado no espaço, neste momento pode ser exercido em todo o mundo desde que o indivíduo possa ser vigiado e controlado, não só por Estados como por grandes multinacionais. Assim, “what emerges – through cyberspace, through the big telecommunications conglomerates, is a new totalitarianism, a totalitarianism of totalitarianism, and this is what I call globalitarianism” (VIRILIO, 1997, p. 29).

e promotor de valores universais é vazio se não tiver como consequência uma real igualdade entre sujeitos. Como explica Étienne Balibar (2017), “[w]hen we establish communities whose *raison d’être* is to promote universalism in certain forms (empires, churches, nations, markets) we also formulate norms of belonging to which individuals must conform”. Nesse sentido, Balibar não está muito longe do pensamento levinasiano: “a universalidade apresenta-se como impessoal e há nisso uma outra inumanidade” (LÉVINAS, 1961, p. 33).

Não deixa de ser um pouco contraditório que o refugiado tenha uma crescente importância nas decisões políticas das sociedades ocidentais. Para Giorgio Agamben, o refugiado é o elemento que impõe uma crise. Voltamos à “perturbação” e à imagem do “vírus”:

If the refugee represents such a disquieting element in the order of the nation-state, this is so primarily because, by breaking the identity between the human and the citizen and that between nativity and nationality, it brings the originary fiction of sovereignty to crisis. [...] What is new in our time is that growing sections of humankind are no longer representable inside the nation-state [...]. Inasmuch as the refugee, an apparently marginal figure, unhinges the old trinity of state-nation-territory, it deserves instead to be regarded as the central figure of our political history (AGAMBEN, 1993, p. 21-22).

De facto, este papel central do refugiado tem sido confirmado por alguns dos factos políticos mais relevantes desta segunda década do século XXI, muitíssimo condicionados pela questão migratória. É evidente que as decisões de milhões de pessoas estão marcadas de modo profundo pelo desconforto com minorias e podemos aí vislumbrar também um processo de preservação do “estado-nação-território”. Uma vez mais, os baluartes desta união em torno da soberania são determinadas práticas mais ou menos simbólicas e rituais, modos de identificação. É “a obediência aos nomes, não só a alguns, mas a todos, usa-os: dizem-nos, estou agora a escrever no plural majestático, tornei-me um habitante, isto é, alguém que tem um sítio, pertence: berram-me, e eu levanto-me e fico a pertencer, heróis do mar” (NUNES, 2013a, p. 42).

Neste caso, a violência advém desde logo da imposição de categorias. Rui Nunes parece ir sempre em sentido contrário e ao encontro da dimensão ética, na qual é indispensável passar

da hostilidade para a hospitalidade. O sujeito é sempre “refém” do Outro, portanto, a hospitalidade de que aqui se trata é incondicional e desinteressada:

Il ne faut pas que je demande à l’arrivant absolu de commencer par décliner son identité, par me dire qui il est, dans quelles conditions je vais lui offrir l’hospitalité, s’il va s’intégrer ou non, si je vais pouvoir ou non l’«assimiler», dans la famille, la nation ou l’État. [...] [L]’hospitalité va bien au-delà d’une morale, et surtout d’un droit et d’un politique (DERRIDA, 1996, p. 20).

A hospitalidade entendida desta forma quebra um ciclo de identificação. Em contraponto à *identificação* podemos falar de *subjectivação*, a partir de Jacques Rancière. Para o filósofo francês, a subjectivação é a “formação de um *um* que não é um *si*, mas a relação de um *si* com um outro. [...] Um processo de subjectivação é assim um processo de desidentificação ou de desclassificação” (RANCIÈRE, 1991, p. 72). Perante a agressão contra aquele que está *entre* identidades, o sujeito político vê-se conduzido a uma identificação impossível na medida em que não é com um grupo que esteja dentro das categorias reconhecidos dentro de uma estrutura social. Num dos exemplos de Rancière, é a identificação impossível com manifestantes argelinos que em 1961 foram mortos pela polícia francesa e em nome do povo francês. A subjectivação vai assim de encontro à categorização e, portanto, “é sempre [...] a recusa de uma identidade imposta por um outro, fixada pela lógica policial” (RANCIÈRE, 1991, p. 73).

Parece-nos que este processo de subjectivação está próximo de uma escrita, a de Nunes, que recusa o poder dominante para estar, de um modo geral, do lado dos párias, “nome / a que falta uma letra / para ser uma trela: / Pátrias” (NUNES, 2017c, p. 44). Esse é o lado dos que vivem literalmente *entre*, na fronteira, e sobre os quais já nos debruçamos. Mas também é o lado dos condenados à exclusão. Voltamos assim a ajustar o olhar e a encontrar o chão – outra forma de fronteira. O foco, nos livros de Rui Nunes, está menos na paisagem (campo aberto que permite uma distância anuladora dos defeitos) e mais no pormenor (proximidade repelente, contígua ao lixo). Essa diferença tem consequência numa luminosidade que distingue o que é radiante, ostensivo, luxuoso – *hipervisível* – e o que é baço, indigente, mendicante – quase *invisível*. Desse

modo, “[a] Europa, a velha e porca Europa, continua abaixo dos nossos olhos, porque a luz tem diferentes pesos, não pesa de igual modo naquilo que ilumina, pesa mais nos sapatos de 3000 euros do que no cão a cagar no passeio. Ou na mulher romena” (NUNES, 2016a, p. 32-33).

Talvez possamos resumir algumas das posições de conteúdo político da obra de Rui Nunes através da diferença – de novo a partir de Rancière – entre a *polícia* e a *política*: a primeira é a que está mais próxima do governo e “só conta partes reais, grupos efetivos definidos por diferenças de nascimento, de funções, de lugares e de interesses que constituem o corpo social” (RANCIÈRE, 1996, p. 146), pelo que a “exclusão do que «não há» é o princípio policial que opera no âmago da prática estatal” (RANCIÈRE, 1996, p. 147); por outro lado, a “essência da *política* é a de perturbar esta disposição com um suplemento, a parte dos sem-parte identificada com o todo da comunidade” (RANCIÈRE, 1996, p. 147, itálico nosso) e, desse modo, a fórmula que a caracteriza é a do dissenso. Então, ao domínio da consensualidade, é necessário opor “uma comunidade que não contempla senão singulares dependentes da *possibilidade infinita de um-a-mais*” (RANCIÈRE, 1998, p. 121, itálico nosso).

Assim, Rui Nunes, ao afastar-se do discurso redundante, harmónico e sedutor, afasta-se de uma lógica conveniente a uma *polícia* que pugna pela manutenção de um tecido social de lugares e de funções bem definidas. Nesse sentido, as ligações em rede e a virtualização são de grande utilidade: as informações falsas propagam-se com facilidade e a distância entre indivíduos aumenta, o que reforça, por um lado, o medo da diferença e, por outro, a acumulação do igual. Portanto, ao delatar esses processos de adição do Mesmo e exclusão do Outro, a obra do autor de *Baixo Contínuo* repudia de modo permanente a *polícia* do “mais um”.

Em sentido inverso, insiste na visibilidade do que não se ajusta, tão bem definido na imagem da fronteira. Logo, envolve-se em processos que procuram mostrar aqueles que estão *entre*, perto do chão, na obscuridade, quase espectros para a ordem soberana. Para além disso, a dicotomia *polícia/política* tem efeitos na escrita em sentido mais restrito. Isto é, podemos afirmar que a *política* perturba a *polícia* tal como o *dizer* perturba o *dito*. Ou, por exemplo, o silêncio perturba o poder; a resistência perturba

a descartabilidade; a narrativa instável perturba a apreensão do sentido; a sintaxe desviante perturba a comunicação polida; certas palavras que “não ficam bem, estragam a harmonia e a desarmonia, estragam tudo, estão fora” (NUNES, 2014b, p. 61), perturbam o “politicamente correto”; a deambulação entre gêneros literários perturba esquemas editoriais e de mercado. Em suma, a obra de Rui Nunes procura o suplemento e a subjetivação – a política do *um-a-mais*.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. Beyond human rights. In: \_\_\_\_\_. *Means without end: notes on politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993, p. 15-26.

ARENDT, H. *As origens do totalitarismo*. 3. ed. Alfragide: Dom Quixote, 1951.

BALIBAR, E. Translation and Conflict: The violence of the universal – a conversation with Étienne Balibar. *Verso*. 16 fev. 2017. Disponível em: <<https://www.versobooks.com/blogs/3100-translation-and-conflict-the-violence-of-the-universal-a-conversation-with-etienne-balibar>>. Acesso em: 3 jan. 2018.

BAUDRILLARD, J. *The transparency of evil: essays on extreme phenomena*. Londres e Nova Iorque: Verso, 1990.

BAUMAN, Z. *Modernidade e ambivalência*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

\_\_\_\_\_. As seen on tv. *Ethical Perspectives*, v. 7, n. 2-3, p. 107-122, 2000.

BOURDIEU, P. *Sobre a Televisão*. Oeiras: Celta Editora, 1996.

CALEIRO, M. C. Contra o regime totalitário do sentido. *Público*, Lisboa, 8 jun. 2012. Ípsilon, p. 28-30.

DELEUZE, G. *Negotiations*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1990.

DERRIDA, J. The spatial arts: an interview with Jacques Derrida. In: BRUNETTE, Peter. *Deconstruction and the visual arts: art, media, architecture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. p. 9-32.

\_\_\_\_\_. *Artifactualities*. In: \_\_\_\_\_; STIEGLER, B. *Échographies de la télévision: entretiens filmés*. Paris: Editions Galilée, 1996. p. 9-35.

\_\_\_\_\_. Da mentira em política. In: \_\_\_\_\_. *Sob palavra: instantâneos filosóficos*. Lisboa: Fim de Século, 1999. p. 83-102.

GUERREIRO, A. Recensão crítica a *Armadilha*. *Público*, Lisboa, 30 ago. 2013. Ípsilon, p. 22.

HAN, B-C. *Psicopolítica: neoliberalismo e novas técnicas de poder*. Lisboa: Relógio d'Água, 2014.

\_\_\_\_\_. Porque é que hoje nenhuma revolução é possível? *Revista Punkto*. 2 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.revistapunkto.com/2015/12/porque-e-que-hoje-nenhuma-revolucao-e.html>>. Acesso em: 3 de jan. 2018.

HOGGART, S. Beethoven Blair pounds kettle drums for Britain. *The Guardian*. Reino Unido, 20 mar. 2000. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/uk/2000/mar/29/guardiancolumnists>>. Acesso em: 3 jan. 2018.

LÉVINAS, E. *Descobrendo a existência com Husserl e Heidegger*. Lisboa: Instituto Piaget, 1949.

\_\_\_\_\_. *Totalidade e Infinito*. Lisboa: Edições 70, 1961.

\_\_\_\_\_. *De outro modo que ser ou para lá da essência*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 1974.

\_\_\_\_\_. Ethics as first philosophy. In: \_\_\_\_\_. *The Levinas reader*. Oxford: Basil Blackwell, 1984. p. 75-87.

LOVINK, G. *Networks without a cause: a critique of social media*. Cambridge: Polity Press, 2011.

NUNES, R. *A boca na cinza*. Lisboa: Relógio d'Água, 2003.

\_\_\_\_\_. *O choro é um lugar incerto*. Lisboa: Relógio d'Água, 2005.

- NUNES, R. *A mão do oleiro*. Lisboa: Relógio d'Água, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Barro*. Lisboa: Relógio d'Água, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Armadilha*. Lisboa: Relógio d'Água, 2013a.
- \_\_\_\_\_. *Uma viagem no outono*. Lisboa: Relógio d'Água, 2013b.
- \_\_\_\_\_. Não basta compreender o terror. É preciso participar dele. *Jornal I*. 2 set. 2013c. Disponível em: <<https://ionline.sapo.pt/358208>>. Acesso em: 3 jan. 2018.
- \_\_\_\_\_. *Nocturno europeu*. Lisboa: Relógio d'Água, 2014.
- \_\_\_\_\_. *A crisálida*. Lisboa, Relógio d'Água, 2016a.
- \_\_\_\_\_. A Europa rente ao chão. *Jornal de Letras, Portugal*, p. 19, 13 a 26 abr. 2016b.
- \_\_\_\_\_. *Baixo contínuo*. Lisboa: Relógio d'Água, 2017a.
- \_\_\_\_\_. *Lampedusa*. Lisboa: Paralelo W, 2017b.
- \_\_\_\_\_. *A margem de um livro*. Maia: Cosmorama, 2017c.
- PICARD, M. *The world of silence*. Washington D.C.: Regnery Gateway, 1952.
- RANCIÈRE, J. Político, política, identificação, subjetivação. In: \_\_\_\_\_. *Nas margens do político*. Lisboa: KKYM, 1991. p. 69-76.
- \_\_\_\_\_. Dez teses sobre a política. In: \_\_\_\_\_. *Nas margens do político*. Lisboa: KKYM, 1996. p. 137-154.
- \_\_\_\_\_. O inadmissível. In: \_\_\_\_\_. *Nas margens do político*. Lisboa: KKYM, 1998. p. 107-121.
- REYNAUD, M. J. O neo-expressionismo de Rui Nunes. *Revista Colóquio/Letras*, n. 161/162, p. 380-387, 2002.
- VIRILIO, P. *Virilio live: selected interviews*. Londres: Sage Publications, 1997.
- \_\_\_\_\_. *The information bomb*. Londres e Nova Iorque: Verso, 1998.

## **Abstract**

### **One more – notes on politics in Rui Nunes's work**

*In Rui Nunes's books, it is customary to denounce a certain rhetoric associated with power, while emphasizing the role of borders in the contemporary world. These are sensitive issues in an "information society" that favours quick and clean communication but is often empty and drives many individuals to the margins. In this article we try to analyse how these topics influence Rui Nunes's writing, for instance, in terms of narrative or syntactic instability. In addition, we seek to demonstrate that these and other traits are associated with certain ethical and political perspectives that are recurrent in his work.*

**Keywords:** Rui Nunes. Writing. Politics. Ethics.